



Procedimento Administrativo nº 05.22.0005.0004532/2023-67  
Documento id. 00803846

## **DESPACHO DE PRORROGAÇÃO**

**Ref.: Procedimento Administrativo n. 163/2019 (MPRJ n. 2019.00978778)**

Trata-se de procedimento instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5.1.11.2, da cláusula segunda do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no referido item 5.1.11.2 da cláusula segunda, obrigou-se a *“(…)de forma adicional às condicionantes elencadas no item anterior, as quais serão quitadas com o depósito da monetização constante do TCRF a ser celebrado com a INEA/SEAS, a PETROBRAS se obriga, como medida compensatória adicional, independente do licenciamento ambiental e originada a partir deste TAC, a: (i) Plantar e monitorar 400 hectares no intramuros do COMPERJ na margem do rio Macacu, sendo 170 hectares em APP, até 30/12/2021; (ii) Executar ações para promover a condução da regeneração natural em área de estágio médio de até 100 hectares no intramuros do COMPERJ até 30/12/2021; (iii) Plantar e monitorar 60 hectares de áreas estratégicas para a formação de corredores na bacia Guapi-Macacu, além de manter os 100 hectares já plantados, por meio do projeto de Responsabilidade Social Guapiaçu Grande Vida, até o prazo de 30/12/2021”*.

Portaria de instauração de PA à fl. 02, estando o Relatório Inicial de Investigação às fls. 02-verso/04, instruído de documentos de fls. 05/63.

Ofício da Petrobras às fls. 65/66, instruído de fl. 67-A, informando o cumprimento da obrigação em tela.

Na promoção de fl. 69, instruído de fls. 70/, solicitou-se a juntada do ofício 2ª PJTC



nº 331/20 ao GAEMA; a juntada da resposta do GAEMA, consistente em Auxílio Consentido: Parecer<sup>1</sup> de Admissibilidade; bem como solicitou-se a remessa do feito original com pedido de auxílio ao GAEMA, a fim de prosseguir no feito, diante do auxílio deferido.

Juntada de cópia de Auxílio Consentido: Parecer de Admissibilidade às fls. 81/85, instruído de fl. 86.

Às fls. 94/99, remetendo Relatório Individual de Atendimento de Obrigações, informando, em suma, que até o momento, foram implantados e mantidos 71,78 hectares, que estão sendo executados a manutenção dos Aceiros e que o plantio e monitoramento de 60 hectares de áreas estratégicas para a formação de corredores na Bacia de Guapi -Macacu, além do manutenção dos 100 hectares já plantados, por meio do projeto de Responsabilidade Social Guapiaçu Grande Vida.

Ata de Reunião realizada no dia 28/01/2020 com a SEAS e o INEA às fls. 104/105. Na oportunidade, pela SEAS e INEA foi informado que: (i) foram apresentados dois projetos que já existem para serem contemplados com os recursos dos TCRFs: a) Projeto Restauração Ecológica na Reserva Ecológica de Guapiaçu e no Parque Estadual dos Três Picos; e b) Projeto de Restauração Ecológica de 47 hectares em Áreas de Interesse para Proteção de Mananciais junto ao Programa Produtor de Águas da Bacia do Guapimirim – Macacu, sendo que o primeiro já está deliberado e o segundo está em fase de deliberação. Não obstante, a SEAS está avaliando e estudando novos projetos para aplicação dos recursos; (ii) que a metodologia a ser seguida será a prevista no Planejamento Estratégico e Operacional para maximizar a utilização dos recursos da carteira de restauração, visando gerar escala ambiental e ganhos sociais em ações de restauração com o advento deste TCRF. Neste planejamento, inicialmente os recursos serão aplicados em grandes módulos de restauração através de contratação de empresas reflorestadoras e em pequenas áreas através de Programa de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA); (iii) a Secretaria usará como base para a seleção das áreas prioritárias, a priorização de áreas realizadas pela equipe do INEA no chamado Atlas dos Mananciais de Abastecimento Público do Estado do Rio de Janeiro – Subsídios ao Planejamento e Ordenamento Territorial, bem com nos estudos das aptidões silviculturais dos Distritos Florestais. Nestes materiais foram apontadas áreas



prioritárias para restauração e plantios florestais sendo realizada uma análise multicritério em que o potencial dos mananciais de abastecimento público foi considerado; (iv) com relação ao monitoramento dos projetos está em estudo a contratação de uma gerenciadora de projetos que deverá dar suporte técnico as equipes da SEAS/INEA. Esta gerenciadora apoiará atividades de gestão e planejamento auxiliando na coordenação e monitoramento do programa; (v) a SEAS e o INEA pretendem utilizar como mecanismo de publicidade das ações relacionadas à execução dos projetos provenientes dos recursos dos TCRFs e outros na página do Observatório Florestal Fluminense (<https://www.restauraçãoflorestalrj.org/observatório>) que automaticamente abastece as informações que estão disponíveis sobre essa temática no Geoportal do INEA; (vi) no que tange ao item 5.1.11.2 (i), a obrigação vem sendo acompanhada e avaliada pelo INEA no âmbito do processo E07/002.107908/2018, e em 28/01/2019 emitiram a Autorização Ambiental n. IN048114 para implantação do PRF; quanto aos itens 5.1.11.2 (ii) e 5.1.11.2 (iii), a Petrobras foi oficiada a abrir um processo de autorização ambiental para cada uma dessas obrigações, no prazo de 60 dias. Ao final. O INEA se comprometeu a: a) comunicar ao GAEMA as datas das vistorias para acompanhamento das ações de reflorestamento relacionadas ao item 5.11.2 da cláusula segunda; e (b) enviar cópia dos últimos pareceres técnicos, relatórios de vistoria e Termos de Quitação emitidos referente ao compromisso de restauração florestal do COMPERJ.

Ata de Reunião realizada no dia 30/01/2020 com integrantes do Movimento Baía Viva e o Movimento do Atingidos por Barragens -RJ às fls. 110/111. Na oportunidade, em suma, os representantes dos movimentos trouxeram documento expondo pauta de reivindicações dos atingidos de Cachoeira de Macacu, pleiteando a consideração de que suas demandas sejam levadas em conta quando do cumprimento das medidas do TAC. Informaram ainda que na região foram realizados cursos de qualificação promovidos através de convênio coma FIOCRUZ, os quais promoveram capacitação por meio de programas de educação ambiental prestados a jovens cursando o ensino médio selecionados em escolas públicas. Tal curso foi denominado “Pedagogia das águas em movimento”, um curso coletivo local, onde os estudantes puderam observar as dificuldades em seu lugar de origem e transmitir a vivência aos demais. O Promotor solicitou que fossem encaminhadas informações sobre as especificidades da formação, esclarecendo o grau de formação (e os campos de aplicação e oportunidades)



promovido pelo curso mencionado pelo Movimento. Quanto à previsão de medidas do plano de ação, como implantação de fomento a agroecologia e estímulo aos agricultores locais, sugeriu-se o levantamento dos produtores atuantes na área, de modo viabilizar sua integração no referido plano.

Ofício da SEAS às fls. 116/120, informando que a compromissária apresentou documentação acerca do cumprimento do item 5.1.11.2 da cláusula segunda do TAC.

Juntada de e-mail da Petrobras às fls. 128/130, remetendo cópia da apresentação de informações da obrigação 5.1.11.

Promoção do GAEMA de cessação de auxílio à fl. 134/136.

Na promoção (índice 00413015) foi designado vistoria conjunta nas áreas de reflorestamento objeto das seguintes obrigações: (a) reflorestamento e conservação “intramuros” (Petrobras-Comperj); conservação e ampliação (Petrobras Comperj, a partir da REGUA - RPPN); (b) reflorestamento de área objeto do projeto “Floresta do Amanhã” (SEAS e IDG); e (c) reflorestamento a cargo da CEDAE em atendimento ao provimento de urgência proferido nos autos do processo em referência (“ACP – Imunana Laranjal”).

Na promoção (índice 00413017) determinando a expedição de ofício ao Município de Cachoeiras de Macacu, por intermédio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e da Procuradoria Geral do Município, para que informem, no prazo de 30 dias, o seguinte: (a) o município pretende utilizar o recurso para fins de atualização e/ou elaboração do seu Plano Municipal de Saneamento; (b) caso positivo, quais serão os componentes a serem atualizados e/ou elaborados (abastecimento, esgotamento, resíduos sólidos ou drenagem); c) caso negativa a resposta aos itens anteriores, se o município dispõe de projeto/programa para fins de utilização dos R\$ 4.000.000,00 reservados à seu favor.

Ofício da Petrobras e anexos (índice 00413018, 00413019, 00413020, 00413021, 00413022, 00413023, 00413024) apresentando as atualizações solicitadas com relação aos Projetos de Reflorestamento de 400 ha na área intramuros do antigo Comperj, atualmente denominado Polo GasLub de Itaboraí, e de 60 ha em áreas estratégicas da Bacia Guapi-Macacu. Assim, o referido ofício esclareceu que a PETROBRAS manteve



as atividades de manutenção do plantio, focadas principalmente no controle das gramíneas invasoras, na manutenção de aceiros, adubações em cobertura, replantios e monitoramentos. O Projeto possui áreas com 2 e 3 anos de manutenção, pós-implantação. Em novembro/2022, a PETROBRAS fez nova campanha de monitoramento anual e constatou que, mesmo não possuindo os 4 anos previstos de manutenção estabelecidos na Resolução INEA nº 143/2017, as áreas já haviam atingido todos os parâmetros estabelecidos para fins de quitação. Em 10/02/2023, por meio da Carta SMS/LCA/MPL-DP-TDI/MPL-SRGE 0012/2023 (Anexo II), a PETROBRAS protocolou no INEA o 2º Relatório Anual de Monitoramento (Anexo III) e Mapa de Plantio em KMZ (Anexo IV) e continua aguardando uma resposta do órgão ambiental. O contrato com a prestadora de serviços responsável pela implantação e manutenção do projeto se encerra por prazo em 24/03/2023. A PETROBRAS seguirá tomando todas as providências relacionadas à proteção e preservação da área do reflorestamento contra incêndios florestais.

#### **É o relatório.**

**CONSIDERANDO** que a presente investigação já tramita há mais de um ano;

**CONSIDERANDO** que a Resolução GPGJ n. 2.227/18, em seu art. 35 dispõe que: *“O procedimento administrativo deverá ser concluído no prazo de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado quantas vezes forem necessárias, a cada decisão que determinar a realização ou conclusão de diligências imprescindíveis para a sua conclusão”,* sendo certo que *“Anualmente, o membro do Ministério Público dará ciência ao Conselho Superior do Ministério Público dos inquéritos que se encontrem em tramitação há mais de 12 (doze) meses (...)”,* nos termos do 25, parágrafo único, aplicável por força do art. 33, ambos da Resolução GPGJ n. 2.227/18;

**CONSIDERANDO** que o art. 9º, da Resolução n. 23 de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, aplicável por força do art. 33 da Resolução GPGJ n. 2.227/18, estabelece que *“O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de 01 (um) ano, **prorrogável pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias**, por decisão fundamentada de seu Presidente, à vista da imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências, dando-se ciência ao Conselho Superior do Ministério Público, à Câmara de Coordenação e Revisão ou à Procuradoria Federal dos Direitos*



*do Cidadão”;*

A Promotora de Justiça em exercício, que ora preside o procedimento em referência, resolve **PRORROGAR** formalmente a tramitação deste procedimento administrativo, tendo em vista a necessidade de realização e conclusão de diligências imprescindíveis para a investigação e formação adequada e fundamentada de *opinio*, as quais estão especificadas abaixo.

Diante do exposto, à **Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das seguintes diligências:

1. **Reitere-se o ofício não respondido expedido ao INEA** solicitando informar e comprovar se houve a emissão do atestado de cumprimento acerca das atividades de reflorestamento e manutenção. Em caso positivo, enviar os respectivos documentos comprobatórios;
2. Com a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Oficie-se ao egrégio Conselho Superior do Ministério Público, para ciência, na forma do art. 9º, da Resolução n. 23/2007, do CNMP, art. 25, da Resolução GPGJ n.º 2.227/2018 e art. 61, §4º, do Regimento Interno do CSMP/RJ.

Prazo de prorrogação: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dia(s).

Itaboraí, 07 de agosto de 2023

**TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**  
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226